



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000428646

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração Cível nº 2366316-48.2024.8.26.0000/50000, da Comarca de São José do Rio Pardo, em que é embargante BANCO DO BRASIL S/A, é embargado WILSON ANTÔNIO SIMÕES.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 23ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Rejeitaram os embargos. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores RÉGIS RODRIGUES BONVICINO (Presidente), TAVARES DE ALMEIDA E MARIA FERNANDA DE TOLEDO RODOVALHO.

São Paulo, 30 de abril de 2025.

RÉGIS RODRIGUES BONVICINO

Relator

Assinatura Eletrônica

VOTO Nº 16532

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 2366316-48.2024.8.26.0000/50000

EMBARGANTE: Banco do Brasil S/A

EMBARGADO: Wilson Antônio Simões

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.

Inocorrência de omissão, contradição, obscuridade ou erro material no acórdão. Falta de preenchimento dos requisitos do artigo 1.022 do Código de Processo Civil. Caráter infringente reconhecido. Prequestionamento. Incidência do artigo 1.025 do Código de Processo Civil. Embargos de declaração, apresentados pela parte agravante, rejeitados.

Trata-se de embargos de declaração opostos contra o v. acórdão a fls. 21-25, que, por votação unânime, negou provimento ao recurso de apelação.

A embargante sustenta, em síntese, que o v. acórdão embargado contém o vício de omissão e obscuridades.

O recurso é tempestivo.

É o relatório.

Os embargos de declaração apresentados pela apelante não merecem acolhimento.

“Da mihi factum, dabo tibi jus”, ou seja, “dê-me os fatos, dar-te-ei o direito”, é o que foi feito no acórdão.

Com efeito, não há no acórdão embargado vício passível de correção ou esclarecimento.

O Acórdão é claro ao fundamentar que, no caso concreto, há elementos de suficientes para reconhecer o abandono processual.

A motivação deduzida é clara, não padecendo da omissão e contradição apontada nas razões recursais, que, a rigor, apenas demonstram a insatisfação da parte embargante com a decisão proferida pelo Órgão Colegiado, que não acolheu a tese suscitada nas razões do recurso de agravo de instrumento.

Inicialmente, não há contradição no v. aresto ao reconhecer o abandono processual, conforme arts. 485, III, §§ 1º e 6, e 771, parágrafo único,

ambos do CPC, pois a embargante, apesar de citada pessoalmente, deixou de cumprir tempestivamente as determinações judiciais em diversos momentos.

As razões expostas pela parte embargante estão, portanto, em desacordo com o artigo 1.022, incisos I, II e III e parágrafo único, do Código de Processo Civil.

Na verdade, o objetivo da oposição destes embargos de declaração é o reexame do acórdão, mediante a atribuição de excepcional e, no caso, inadmissível efeito infringente.

Todavia, eventual efeito modificativo dos embargos de declaração tem cabimento, excepcionalmente, quando decorrente da necessidade de suprimento dos vícios descritos no art. 1.022, incisos I, II e III e parágrafo único, do Código de Processo Civil, hipótese aqui não verificada. Inexistentes tais vícios, não há campo para reconsideração ou reforma da decisão.

Em suma, a parte embargante, se continuar a entender pela modificação do julgado, deverá se valer da via recursal própria. Afinal, nunca é demais lembrar, como bem decidiu o C. Superior Tribunal de Justiça, que **“mesmo após a vigência do CPC/2015, não cabem embargos de declaração contra decisão que não se pronuncie tão somente sobre argumento incapaz de infirmar a conclusão adotada [...]”** e que **“[...] O julgador não está obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para proferir a decisão [...]”**, vindo a prescrição trazida pelo inciso IV do § 1º do art. 489 do CPC/2015 a **“[...] confirmar a jurisprudência já sedimentada pelo STJ, sendo dever do julgador apenas enfrentar as questões capazes de infirmar a conclusão adotada na decisão.”** (STJ, EDcl no MS 21.315-DF, rel. Min. Diva Malerbi (Desembargadora convocada do TRF da 3ª Região), j. 8/6/2016 – grifado)

Nesse sentido, não se verifica omissão quanto à alegação de que a perda do direito de praticar o ato processual não seria automática, pois a embargante deixou de se manifestar tempestivamente em diversas ocasiões ao longo do processo, sem, contudo, alegar justa causa em qualquer momento.

Ainda, o fato de as manifestações da embargante ocorrerem de forma intempestiva por si só gera prejuízo e fere os princípios da cooperação e



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

celeridade processual. Os prazos estabelecidos não podem ser ignorados e descumpridos sob argumentação de que supostamente não causaram prejuízo.

Nesse sentido, a omissão alegada não se verifica, pois a argumentação da embargante é incapaz de infirmar a solução adotada no v. aresto.

Quanto ao prequestionamento, atente-se para a inovação legislativa do art. 1.025 do Código de Processo Civil, que estabelece que se consideram incluídos no acórdão, para tal fim, os elementos que a parte embargante suscitou, ainda que os Embargos de Declaração sejam inadmitidos ou rejeitos, como é o caso.

Anote-se, por fim, que o art. 1.026, § 2º, do CPC estabelece que “quando manifestamente protelatórios os embargos de declaração, o juiz ou o tribunal, em decisão fundamentada, condenará o embargante a pagar ao embargado multa não excedente a dois por cento sobre o valor atualizado da causa”. As partes devem se atentar a isso.

Ante o exposto, **rejeitam-se** os embargos de declaração, com a ratificação, na íntegra, dos fundamentos do acórdão recorrido.

RÉGIS RODRIGUES BONVICINO

Relator